

## PENSAR: NOVA PRESIDÊNCIA DOS EUA

## Trump 2.0 e os desafios para o Brasil



» DENILDE HOLZHACKER  
Doutora em ciência política e professora de relações internacionais na ESPM

O segundo mandato de Donald Trump nos Estados Unidos inaugura um contexto de grandes expectativas e desafios tanto para a política global quanto para o Brasil. Com um cenário interno favorável — apoio popular, maioria no Congresso e uma Suprema Corte alinhada —, Trump possui as condições necessárias para implementar uma agenda marcada pelo protecionismo econômico, pelo enfraquecimento das políticas climáticas e pela rejeição ao multilateralismo. Esse novo capítulo da política americana levanta questões geopolíticas e econômicas que impactam diretamente o Brasil, sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que terá de lidar com as tensões que surgirão dessa relação.

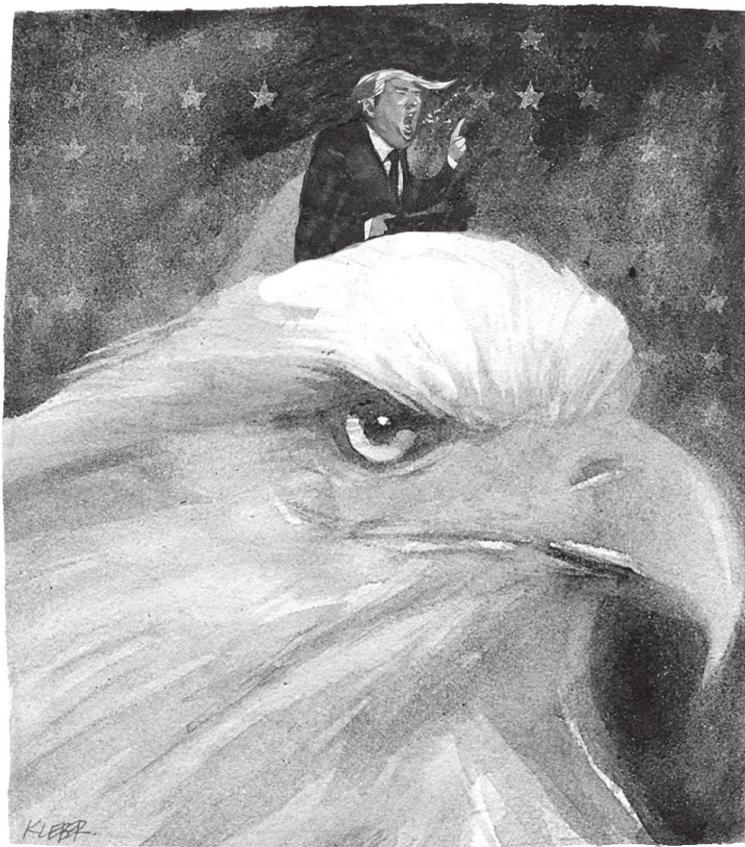
Entre as principais prioridades do governo Trump, está o reforço do protecionismo econômico. Tarifas sobre produtos estrangeiros e incentivos para reindustrializar os Estados Unidos prometem beneficiar setores norte-americanos, enquanto criam barreiras para exportadores estrangeiros. Para o Brasil, essas políticas podem representar dificuldades adicionais no acesso ao mercado norte-americano.

Além disso, Trump retorna ao poder com uma agenda que privilegia combustíveis fósseis em detrimento das energias renováveis. Essa postura contrasta fortemente com a posição do governo brasileiro, que busca se estabelecer como líder na transição energética e no combate às mudanças climáticas. Tais diferenças ideológicas dificultam a possibilidade de uma aliança estratégica entre Brasil e Estados Unidos no campo político, apesar de haver interesses econômicos mútuos.

As divergências de agenda entre os governos podem complicar o diálogo político. Enquanto o governo Lula busca preservar os laços econômicos e garantir competitividade para os exportadores brasileiros, sua crescente aproximação com a China no âmbito dos Brics coloca o Brasil em uma posição delicada.

A rivalidade geopolítica entre EUA e China será um dos principais desafios para o Brasil nos próximos anos. A China, maior parceiro comercial do Brasil, desempenha um papel central na exportação de commodities e no financiamento de infraestrutura. Por outro lado, Trump intensifica sua oposição à influência chinesa no cenário global. O desafio do governo Lula será equilibrar essa equação, evitando tomar partido na disputa e mantendo uma relação pragmática com ambas as potências.

A postura de Trump, marcada pelo isolacionismo e pela rejeição às instituições multilaterais, desafia a atuação brasileira em fóruns internacionais. Lula tem se esforçado para reposicionar



o Brasil como um ator relevante na luta contra as mudanças climáticas e na defesa do multilateralismo. No entanto, enfrentará dificuldades em uma ordem mundial cada vez mais polarizada.

No plano regional, a relação com a Argentina promete ser outro teste para a diplomacia brasileira. Javier Milei, presidente argentino e aliado de Trump, reforçará seu discurso crítico ao Mercosul. O governo Lula terá que equilibrar os interesses dos demais países no bloco, buscando preservar sua liderança regional. A questão migratória também poderá colocar o Brasil em um papel central, envolvendo os países da América Central.

Internamente, o segundo mandato de Trump ressoa na política brasileira. Sua vitória fortalece grupos de oposição ao governo Lula, especialmente os aliados de Jair Bolsonaro, que mantém uma relação próxima com o ex-presidente americano. A retomada de uma agenda de direita nos Estados Unidos pode inspirar e apoiar a articulação de novas candidaturas conservadoras no Brasil, particularmente nas eleições de 2026. Além disso, a pressão das big techs por uma menor regulação das plataformas digitais, frequentemente apoiada por esses grupos, também fomentará os debates no Brasil.

Diante desse panorama, o grande desafio do governo brasileiro será adotar uma política externa que combine pragmatismo econômico com a defesa consistente de seus valores e interesses. A relação com os Estados Unidos continuará sendo central para o Brasil, tanto pela relevância comercial quanto pela influência americana no sistema financeiro global. Entretanto, o fortalecimento da parceria com a China e a consolidação dos Brics também são cruciais para o futuro do país.

Nesse contexto, o governo Lula precisará evitar antagonismos desnecessários e priorizar os interesses nacionais. Como o próprio presidente afirmou em diversas ocasiões: “O Brasil não quer brigar com ninguém”. Esse pragmatismo será fundamental para navegar as turbulências que o segundo mandato de Trump promete trazer, tanto para o Brasil quanto para o mundo.

A busca por equilíbrio e flexibilidade definirá o futuro das relações Brasil-EUA e, de forma mais ampla, a posição do Brasil em um sistema internacional em transformação. Lula e sua equipe terão de demonstrar habilidade diplomática e visão estratégica para enfrentar esses desafios, garantindo que os interesses do Brasil prevaleçam em um cenário global cada vez mais complexo.

## O retorno de Trump e o futuro das relações Brasil-Estados Unidos



» ROBSON CARDOCH VALDEZ  
Doutor em estudos estratégicos internacionais (UFRGS) e professor de relações internacionais do IDP

O retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos traz desafios e oportunidades para o Brasil. Com a nomeação do senador Marco Rubio como secretário de Estado, o Brasil pode se ver diante de uma política externa americana mais assertiva e menos flexível, especialmente no que tange às relações com a China e a América Latina.

Marco Rubio, de ascendência cubana, é conhecido por seu posicionamento linha-dura contra governos autoritários na região e por sua postura crítica em relação à influência chinesa no Hemisfério Ocidental. Assim, levando-se em consideração que as agendas de imigração e narcotráfico foram efetivamente instrumentalizadas pelo candidato Trump durante sua vitoriosa campanha eleitoral, a diplomacia brasileira deverá estar atenta aos efeitos colaterais dessa abordagem no entorno regional sul-americano. Nesse contexto, uma política migratória mais restritiva (deportações em massa) e sanções contra Venezuela e Nicarágua poderão, por exemplo, impor uma nova dinâmica a esse fluxo migratório que tem os Estados Unidos como principal destino.

Da mesma forma, a China foi outro pilar da campanha de Trump que conseguiu, juntamente com a temática migratória, mobilizar eleitores para além de sua bolha ideológica, dando-lhe a vitória, inclusive, em estados

tradicionalmente democratas. Assim, o Brasil pode ser indiretamente impactado pela guerra comercial envolvendo chineses e norte-americanos, dado que Brasil e China apresentam uma relação econômica cada vez mais profunda. Percebam que o inconformismo da estreita relação sino-brasileira já tinha sido externalizado pelo primeiro governo Trump, no caso do uso da tecnologia 5G, e pelo governo Biden, no caso da eventual adesão do Brasil ao projeto chinês Belt and Road Initiative (Nova rota da seda).

Por outro lado, a relação bicentenária de Brasil-Estados Unidos é marcada por altos e baixos, mas sempre manteve um diálogo aberto. Essa longevidade nas relações diplomáticas pode servir como um fator de estabilidade em tempos de incerteza. O Brasil continuará sendo um ator relevante na América Latina, e os Estados Unidos precisarão manter laços sólidos com o país, seja por interesses comerciais, seja por questões estratégicas, como segurança regional e combate ao narcotráfico. Esses aspectos pragmáticos reforçam a ideia de que interesses nacionais se sobrepõem às roupagens ideológicas dos governos de ocasião.

O retorno de Trump nos remete ao Império da insegurança apresentado por Andrew Hurrell, em que, segundo esse autor, os EUA não operam como um império tradicional baseado em controle direto, mas como uma potência cuja tentativa de manter a ordem global frequentemente gera desordem e resistência, resultando em um ciclo contínuo de insegurança global. Nesse sentido, Trump reassume a presidência dos Estados Unidos com a tarefa de liquidar as principais faturas com repercussões globais deixadas pelo governo Biden: a guerra russo-ucraniana e o apoio incondicional ao genocídio do povo palestino em Gaza.

Assim, a grande questão é como o Governo Lula irá se posicionar diante dessa nova configuração geopolítica turbinada pelo desejo do novo presidente norte-americano de acertar contas com parceiros e adversários. Manter uma política externa equilibrada entre os EUA e a China será um desafio, especialmente porque ambos os países são parceiros fundamentais para o Brasil. Contudo, ainda que Marco Rubio venha a ser provavelmente um dos poucos secretários de Estado norte-americanos conhecedores da realidade latino-americana e possa, em tese, dar maior visibilidade à essa agenda regional na Casa Branca, esse tema deverá permanecer abaixo de outras prioridades, como China, Taiwan, Oriente Médio e guerra na Ucrânia. No entanto, Marco Rubio deverá ser assediado por representantes da extrema-direita global, inclusive seus entusiastas brasileiros, no sentido de chamar a atenção e o apoio dos Estados Unidos para suas respectivas pautas domésticas.

Como se vê, o segundo mandato de Trump não significa, necessariamente, um distanciamento entre Brasil e Estados Unidos. Pelo contrário, pode representar um período de redefinição dos termos da parceria. A relação bilateral precisará ser gerida com base em interesses comuns e respeito mútuo, evitando dependências excessivas e garantindo que o Brasil mantenha sua independência e liberdade para navegar por esse cenário desafiador sem comprometer suas relações com nenhuma das grandes potências. Assim, na perspectiva brasileira, a preservação das relações Brasil-EUA dependerá da sua habilidade diplomática em administrar objetivos divergentes e preservar a autonomia do país na arena internacional.

## O país está pronto para a jornada de 36 horas?



» ROSENIURA SANTOS  
Auditora-fiscal do Trabalho e chefe do Setor de Mediação. Doutora em políticas sociais e cidadania (UCSAL)

A proposta de redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais está no centro dos debates sobre qualidade de vida e direitos trabalhistas no Brasil. Em um país em que a média semanal de trabalho ainda ultrapassa 44 horas, a medida promete aliviar a exaustão da força de trabalho e abrir espaço para novas oportunidades de emprego.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) visa reduzir a jornada semanal de trabalho sem redução salarial e eliminar a escala de 6x1, substituindo-a por quatro dias de trabalho. A PEC já alcançou o número necessário de assinaturas para tramitação e está sendo debatida no Congresso Nacional. Independentemente do desfecho legislativo, a iniciativa tem o mérito de provocar um debate que o Brasil precisa enfrentar: como conciliar a modernização das relações trabalhistas com a garantia de bem-estar e qualidade de vida para os trabalhadores?

Enquanto o Brasil discute a viabilidade da redução da jornada de trabalho, países como França e Alemanha já implementaram medidas semelhantes, obtendo resultados que servem de exemplo e alerta. Na França, a jornada de 35 horas foi introduzida no início dos anos 2000, acompanhada de incentivos fiscais para as empresas. Apesar de melhorar a qualidade de vida em muitos setores, a medida enfrentou críticas sobre a dificuldade de aplicação em áreas de alta demanda, como saúde e transporte.

Na Alemanha, a produtividade é alta mesmo com jornadas reduzidas, devido a investimentos em infraestrutura, saúde pública e educação técnica. Já os países nórdicos, com jornadas entre 34 e 36 horas, integram políticas de bem-estar social robustas, que incluem creches, transporte acessível e suporte à saúde mental, garantindo que a redução beneficie todos. Por outro lado, o modelo americano, com jornadas médias de 40 horas, mas alta dependência de horas extras, serve como alerta para o risco de precarização, especialmente se não houver políticas públicas que garantam salários dignos e proteção ao trabalhador.

No contexto brasileiro, a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais pode trazer diversos benefícios. Melhoraria na qualidade de vida, por exemplo, já que menos horas trabalhadas significam mais tempo para lazer, cuidados familiares e desenvolvimento pessoal. Além disso, a medida pode contribuir para a saúde mental, reduzindo o estresse, burnout e outros problemas que afetam milhões de trabalhadores no país. Outro impacto positivo seria a geração de empregos, uma vez que empresas poderiam criar vagas para cobrir as horas reduzidas, ajudando a combater o desemprego.

No entanto, o Brasil enfrenta riscos e desafios que podem comprometer os benefícios. Um dos principais entraves é a dependência de horas extras: muitos trabalhadores, devido aos baixos salários, precisam de múltiplos vínculos empregatícios, e a redução da jornada pode intensificar essa dinâmica. Outro risco é a sobrecarga em setores críticos, como saúde e educação, que já sofrem com escalas apertadas e podem enfrentar dificuldades ainda maiores sem planejamento adequado. Por fim, há o impacto nas pequenas e médias empresas (PMEs), que, sem incentivos governamentais, podem ter dificuldades para adaptar suas operações, resultando em prejuízos ou até demissões.

Para transformar a proposta em uma realidade sustentável, é essencial um conjunto de políticas públicas e apoio governamental. Isso inclui medidas como saúde mental e bem-estar, expandindo o Sistema Único de Saúde (SUS) para oferecer mais serviços psicológicos e psiquiátricos e incentivando empresas privadas a adotarem programas de apoio emocional. Também é crucial investir em educação e qualificação, promovendo capacitação voltada à economia 4.0, que aumente a produtividade mesmo com menos horas trabalhadas.

Incentivos para PMEs são igualmente importantes, como a redução temporária de encargos trabalhistas e a oferta de crédito acessível para a modernização de processos. Melhorias em transporte público eficiente também são necessárias, para reduzir o tempo de deslocamento e aumentar o tempo útil dos trabalhadores. Por fim, é fundamental um planejamento de escalas nos setores críticos, garantindo suporte suficiente para evitar sobrecarga e exaustão dos profissionais.

A proposta para reduzir a jornada de trabalho e eliminar a escala 6x1 é um convite ao debate sobre o futuro do trabalho no Brasil. Mais do que uma medida legislativa, a iniciativa coloca em pauta questões essenciais: como equilibrar produtividade, qualidade de vida e inclusão social? Aprender com a experiência internacional e adaptar as lições ao contexto brasileiro é o caminho para que a proposta não apenas reduza horas, mas também amplie oportunidades e promova justiça social. O Brasil está diante de uma oportunidade única. A pergunta que fica é: estamos prontos para enfrentá-la?